



CONTRATO N° 024/2021

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA SAÚDE - CIAS E DE OUTRO A GOUVÊA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI-ME, NA FORMA ABAIXO.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE – CIAS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 97.550.393/0001-49, com sede à Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, no município de Belo Horizonte/MG, CEP: 31130-110, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Diran Rodrigues de Souza Filho, nomeado pela Portaria nº 55, de 20 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 26 de outubro de 2017, residente e domiciliado no município de Belo Horizonte/MG, e de outro lado, **GOUVÊA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.594.951/0001-48, com sede localizada à Avenida Ulysses Guimarães, 4.295, Sala 310, Bairro Sussuarana, no município de Salvador/Bahia, CEP: 41.213-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. Eliege Maria Neves dos Santos, portador da Cédula de Identidade nº 02.911.567-11 e inscrito (a) no CPF sob o nº 254.073.095-72, sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, Decreto Federal 10.024 de 20/09/2019, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto Municipal nº 12.436 de 02/08/2006, Decreto Municipal nº 16.535 de 30/12/2016, Decreto Municipal nº 17.317 de 30/03/2020, suas alterações e demais disposições legais aplicáveis, resolvem firmar o presente contrato, vinculado ao **Processo Licitatório nº 026/2021 – Pregão Eletrônico nº 012/2021**, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e, da legislação correlata e demais exigências previstas, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza da sede do Consórcio, na frequência de 03 (três) vezes por semana, sem o fornecimento de materiais de limpeza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Anexos, bem como consignadas no Termo de Referência do **Processo nº 026/2021** que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

2.1. O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato serão realizados pela funcionária Bárbara Cristina Silva Cassemiro, matrícula 1023, nomeada pela Portaria nº 06, de 09 de março de 2021, ou por outro funcionário(a) especialmente designado pela Secretaria Executiva do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Executiva do **CONTRATANTE** expedirá atestado, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** se compromete a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, bem como a fornecer todas as informações necessárias para o fiel cumprimento deste.

Parágrafo Terceiro - O acompanhamento e a fiscalização pelo **CONTRATANTE** não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

Parágrafo Quarto - O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas expressamente neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços objetos deste contrato na sede do Contratante, situada à Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, no Bairro Cachoeirinha, no município de Belo Horizonte/MG, CEP 3110-130, visando assegurar o seu pleno uso, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo, a **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo na execução das atividades do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4.1.1. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.2. Para sua prorrogação, caso necessária, serão observados os seguintes requisitos:

- a. O serviço tenha sido prestado regularmente;
- b. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- d. Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;
- e. Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de **RS 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais)** considerando a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza da sede do Consórcio, na frequência de 03 (três) vezes por semana, sem o fornecimento de materiais de limpeza.	12 meses	RS 2.150,00	RS 25.800,00

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da (s) seguinte (s) dotação (s) orçamentária (s):

Manutenção dos Serviços Administrativos – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica:
07.01.01.10.122.0001.2001.3.3.90.39.00.10.1.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. A **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao serviço executado.

7.2. O pagamento será realizado pela Coordenação Financeira e Contábil do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde, pelo serviço efetivamente prestado, em até 30 (trinta) dias corridos contados da aceitação definitiva da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização.

7.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, encargos moratórios na base de juros de 1% a.m, capitalizados diariamente em regime de *juros simples*, acrescidos de multa de 1% da fatura em atraso.

7.2.2. Considera-se pagamento em atraso, o pagamento efetuado 01 (um) útil após o prazo previsto no item 7.2 do presente contrato, salvo eventuais suspensões em razão da hipótese prevista no item 7.3.

7.3. As eventuais incorreções nas Notas Fiscais/Faturas deverão ser identificadas e informadas à **CONTRATADA**, e o prazo para o pagamento será suspenso, voltando a correr a partir da data da reapresentação do documento ao Contratante.



7.4. No campo para descrição na Nota Fiscal/Fatura a **CONTRATADA** deverá informar os dados bancários para depósito, fazendo constar o Banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso a empresa opte por esta forma de pagamento. Em caso de pagamento via boleto, este deverá ser enviado juntamente com a Nota Fiscal/Fatura.

7.5. Para fins de atualização financeira será utilizada a tabela do IPCA-E dos valores a serem pagos, desde o dia da entrega das Notas Fiscais de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

7.5.1. O valor atualizado será calculado pela fórmula: $V = I/30 \times N \times VP$, onde: V = Valor devido; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = IPCA-E e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Das obrigações da **CONTRATADA**:

8.1.1. Cumprir as obrigações do presente contrato nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

8.1.2. Emitir notas fiscais/faturas no valor pactuado, apresentando-as ao **CONTRATANTE** para que ateste e ocorra o pagamento, na qual constarão as indicações referentes a: número do contrato, dados do processo licitatório e dados bancários e descrição dos serviços prestados.

8.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

8.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.1.4.1. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não, observando-se o disposto na "Cláusula Quarta" do presente contrato.

8.1.5. Assegurar ao **CONTRATANTE** o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer item que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste contrato.

8.1.6. Responsabilizar-se pela garantia do cumprimento das obrigações do presente contrato dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no Termo de Referência.

8.1.7. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários ao completo cumprimento contratual deste contrato.

8.1.7.1. Não transferir para o **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da **CONTRATADA**.

nem mesmo poderá onerar o objeto deste contrato.

8.1.8. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

8.1.9. Designar um representante para prestar esclarecimentos e atender aos questionamentos que porventura surgirem em virtude da contratação.

8.1.10. Comunicar ao fiscalizador da Contratação, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à sua fiel execução.

8.1.11. A **CONTRATADA** deverá realizar a prestação dos serviços de 7h às 16h, preferencialmente, segunda, quarta e sexta, devendo, obrigatoriamente, ser comunicada e autorizada pelo **CONTRATANTE** eventuais alterações necessárias.

8.1.12. A **CONTRATADA** deverá inspecionar os serviços prestados por seus funcionários, através de supervisores, no mínimo uma vez por mês, em dias e períodos alternados, quando fará, obrigatoriamente, contato com o Fiscal do Contrato, para aviso de sua supervisão e troca de informações sobre a prestação dos serviços, ou a qualquer tempo, quando solicitado pela **CONTRATANTE**.

8.1.13. A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento de uniforme completo aos seus empregados, e caso seja necessário efetuar ajustes e consertos, de modo a garantir que os funcionários estejam sempre apresentáveis e com uniformes adequados para uso.

8.1.14. A **CONTRATADA** não deverá fornecer os materiais de limpeza e higiene a serem utilizados pelos seus funcionários na sede do CIAS. O fornecimento de tais produtos será de responsabilidade do **CONTRATANTE**.

8.1.15. Ficará sob a responsabilidade da **CONTRATADA** realizar todos os trâmites para a contratação de pessoal e repassar ao departamento pessoal ou representante indicado, todos os dados (nome completo, matrícula, documento de identidade e horário de trabalho) referentes aos funcionários que eventualmente possam vir a prestar serviço da **CONTRATADA** na sede da **CONTRATANTE** em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de início da prestação do serviço;

8.1.16. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar acesso direto ao seu departamento pessoal para tratativas de rotinas de qualquer natureza referente aos funcionários.

8.2. Das obrigações do CONTRATANTE:

8.2.1. Proporcionar as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa cumprir o que estabelece o contrato.

8.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, atestar as notas fiscais/faturas e o efetivo cumprimento das obrigações contratuais.

8.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas do contrato e dos termos de sua proposta.

8.2.4. Nomear um Fiscal para gerir e fiscalizar a execução do contrato.

8.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da Contratada, podendo rescindir o contrato nos termos previstos nos artigos 77 e seguintes da Lei n° 8.666/93.

8.2.6. Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante a execução do presente contrato, fixando prazo para que sejam tomadas as providências cabíveis para a correção do que for notificado.

8.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares previstas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** deverá realizar o acompanhamento da execução do serviço, objeto do contrato, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

9.2. O objeto contratado será submetido à análise da Secretaria Executiva e do Fiscalizador do contrato, que deverá, dentre outros critérios, averiguar o seguinte:

9.2.1. A fiel observância das especificações constantes do Termo de Referência e Edital do Processo Licitatório n° 026/2021;

9.2.2. A perfeita identidade com o objeto encaminhado pelo **CONTRATANTE**;

9.3. O recebimento/aprovação dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas.

DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

10.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao **CONTRATANTE**, seus empregados ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo **CONTRATANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesas, custos, obrigações ou prejuízos que venham a ser suportados pelo **CONTRATANTE**, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **CONTRATANTE** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

Parágrafo Segundo - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **CONTRATANTE**, este comunicará à **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **CONTRATANTE** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não a eximem das responsabilidades assumidas perante o **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CONTRATANTE**, nos termos desta Cláusula, deverão ser pagas pela **Contratada**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CONTRATANTE**, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) execução da garantia prestada se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. São condições gerais deste Contrato:

11.1.1. O presente contrato regular-se-á pelos preceitos de direito público aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, nos moldes do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

11.1.2. Este Contrato não poderá ser utilizado sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

11.1.3. Operações de reorganização empresarial tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao **CONTRATANTE**.

11.1.4. Qualquer tolerância por parte do **CONTRATANTE**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela **CONTRATADA**, não importará em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o **CONTRATANTE** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

11.1.5. A **CONTRATADA** guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE** ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

11.1.6. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela **CONTRATADA** durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do **CONTRATANTE**, não podendo ser utilizados, divulgados,

reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, sem o com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, e reproduzidas no presente contrato;

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo Segundo: O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS MULTAS E PENALIDADES

13.1. A **CONTRATADA** deverá reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação/notificação.

13.1.1. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não.

13.1.2. Não sendo realizadas as correções no prazo máximo de 05 (cinco) úteis previsto no item 13.1 e/ou no prazo convencionado com a **CONTRATANTE** previsto no item 13.1.1, inicia-se o período considerado como **ATRASO INJUSTIFICADO** por parte do **CONTRATADO**, sujeitando a multa abaixo indicada.

a) Com fundamento no artigo 86 da Lei nº 8.666/93, por atraso injustificado na execução do contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito à multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso até o limite de 9,9% calculado sobre o valor correspondente à parte

Rua Doutor Antonio Mourão Guimarães, nº 18 - 2ª e 3ª andar - Bairro Cachoeirinha
CEP: 31130-110 - Belo Horizonte/MG

inadimplente - valor mensal -, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

13.2.1. Somente se configurará **ATRASO INJUSTIFICADO** na execução do contrato, quando as incorreções foram sanáveis e a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e obrigações contratuais que não gerem inexecução total ou parcial do contrato, e que cuja contratação ainda traga vantagens à administração pública (**CONTRATANTE**);

13.3. Transcorridos mais de 5 (cinco) úteis após o término do prazo máximo previsto no item 13.1 ou do prazo convencionado previsto no item 13.1.1, estará configurada **INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO**.

13.3.1. Configurar-se-á a **INEXECUÇÃO PARCIAL** do contrato, os descumprimentos contratuais que não configurarem inexecução total ou atraso injustificado.

13.4. Configurar-se-á a **INEXECUÇÃO TOTAL** do contrato, quando a **CONTRATADA**:

13.4.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual;

13.4.2. Executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

13.4.3. Incurrir em inexecução parcial por prazo superior a 5 (cinco) dias corridos, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

13.5. Nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, pela **INEXECUÇÃO PARCIAL ou TOTAL do contrato**, o **CONTRATADO** estará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual:

13.5.1. Advertência por escrito.

13.5.2. Multas, conforme os seguintes valores:

a) Na hipótese de **inexecução parcial do contrato**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo de rescisão contratual em caso de reincidência.

b) Na hipótese de **inexecução total de objeto**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e rescisão contratual.

13.5.2.1. Na hipótese de conduta continuada, a sanção pecuniária maior absorve a menor.

13.5.2.2. As multas previstas nas alíneas "a" e "b" não poderão exceder a soma dos valores das faturas a receber até o termo final do contrato.



13.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CIAS por prazo não superior a dois anos;

13.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

13.6. Os valores das multas poderão ser descontados das faturas devidas à **CONTRATADA**.

13.6.1. Se o valor a ser pago a **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.6.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.6.3. Na aplicação de todas as penalidades, deverão ser observados e garantidos à **CONTRATADA** os princípios do contraditório e da ampla defesa, dispostos no art. 5º, inciso LV da Constituição da República de 1988.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

14.1.1. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

14.2.1. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**.

14.2.2. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pela **CONTRATADA** antes da celebração do termo aditivo e constará no respectivo termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PRIVILÉGIOS DO CONTRATANTE

15.1. A **CONTRATADA** reconhece que o contratante compareceu neste negócio como agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação do extrato do presente instrumento contratual, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021.


Diran Rodrigues de Souza Filho
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Aliança Para a Saúde


Eliége Maria Neves Dos Santos
Representante Legal
Gouvêa Serviços de Apoio Administrativo Eireli-ME

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO I - DESCRITIVO TÉCNICO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (MENSAL)	VALOR TOTAL ESTIMADO (ANUAL)
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza da sede do Consórcio, na frequência de 03 (três) vezes por semana, sem o fornecimento de materiais de limpeza.	12 meses	R\$ 2.150,00	R\$ 25.800,00

1.1. A contratação tem por objetivo a manutenção do funcionamento dos serviços administrativos prestados pelo Consórcio aos seus consorciados. Haja vista o dimensionamento da área a ser mantida limpa, o quantitativo de funcionários e visitantes que circulam diariamente na sede do CIAS, a falta de profissionais habilitados e necessários e os contratos de fornecimento de materiais de limpeza atualmente vigentes, levantou-se que é necessária a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza da sede do Consórcio, na frequência de 03 (três) vezes por semana, sem o fornecimento de materiais de limpeza.

1.2. Com dimensionamento de área física e interna do imóvel a ser limpa de 740m², divididos entre segundo e terceiro andares, a Sede do Consórcio é revestida por piso frio branco e fachada com janelas envidraçadas, e estrutura física interna com as seguintes características:

1.2.1. Segundo Andar:

- a. 1 (um) hall de entrada
- b. 11 (onze) salas
- c. 2 (dois) almoxarifados
- d. 2 (dois) banheiros sociais
- e. 1 (um) banheiro interno
- f. 1 (uma) sala de espera
- g. 1 (uma) copa

1.2.2. Terceiro Andar:

- a. 1 (um) auditório com capacidade para 45 pessoas
- b. 1 (um) (almoxarifado).

1.2.3. Mobiliários: mesas, cadeiras, armários pequenos, médios e grandes, portas e demais itens de mobiliário típicos de escritórios comerciais.

1.2.4. O prédio possui uma rotatividade média de 15 (quinze) pessoas por dia.

1.3. Os serviços serão executados três vezes na semana nas instalações do Consórcio, localizado na Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º e 3º andar, Bairro Cachoeirinha, CEP: 31.130-110, Belo Horizonte/MG.

Manutenção

1.4. Ficará sob responsabilidade da **CONTRATADA** a avaliação para a concessão ou não do adicional de insalubridade, ao funcionário responsável pela limpeza e higienização dos banheiros da Sede, comprometendo-se estar em consonância com a NR 15, leis trabalhistas vigentes, acordos coletivos e CCT da categoria, utilizando como referência os produtos de limpeza elencados neste relatório para a realização das atividades.

1.5. Independente dos funcionários necessários, a prestação de serviço de limpeza deverá incluir:

a. 3 vezes na semana:

1. varrer todas as dependências;
2. limpar mobiliários, utensílios, aparelhos telefônicos, computadores, impressoras, equipamentos de escritório, persianas, bem como demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc., utilizando espanador, flanela e produtos adequados;
3. lavar banheiros no início da manhã;
4. limpar banheiros, desinfetar e coletar o lixo, no mínimo 4 (quatro) vezes ao dia;
5. limpar copas e outras áreas molhadas, no mínimo 2 (duas) vezes ao dia;
6. abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, sempre que necessário;
7. varrer, passar pano úmido e polir os balcões;
8. retirar o lixo 2 (duas) vezes ao dia, caso necessário, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-o para local indicado pela administração;
9. limpar arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas;
10. regar plantas naturais;
11. movimentar móveis quando necessário;
12. varrer, remover manchas, e lustrear os pisos encerados de madeira;
13. remover manchas nos pisos, nas paredes divisórias, suas portas e vidros;
14. executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

b. Pelo menos 1 vez na semana:

1. limpar estantes e armários e atrás de móveis, armários e arquivos;
2. limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica e madeira;
3. limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
4. polir divisórias, móveis e utensílios de madeira;
5. limpar detalhadamente estofados, com produto apropriado para forrações de couro, tecidos ou plástico dos assentos e poltronas;
6. limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras e outros similares;
7. passar pano úmido com desinfetante nos telefones;
8. limpar espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
9. limpar quadros, placas, pinturas painéis;
10. executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

c. por pelo menos 1 vez no mês:

1. realizar lavagem geral de todas as partes azulejadas (banheiros e outras dependências);
 2. encerar divisórias, móveis e utensílios de madeira;
 3. limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
 4. limpar forros, paredes e rodapés;
 5. limpar persianas e cortinas com produtos adequados;
 6. remover manchas de paredes;
 7. lavar capachos, tapetes e passadeiras;
 8. proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.
- 1.6. A **CONTRATADA** deverá realizar a prestação dos serviços de 7h às 16h, preferencialmente, segunda, quarta e sexta, devendo, obrigatoriamente, ser comunicada e autorizada pelo **CONTRATANTE** eventuais alterações necessárias.
- 1.7. A **CONTRATADA** deverá inspecionar os serviços prestados por seus funcionários, através de supervisores, no mínimo uma vez por mês, em dias e períodos alternados, quando fará, obrigatoriamente, contato com o Fiscal do Contrato, para aviso de sua supervisão e troca de informações sobre a prestação dos serviços, ou a qualquer tempo, quando solicitado pela **CONTRATANTE**.
- 1.8. A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento de uniforme completo aos seus empregados, e caso seja necessário efetuar ajustes e consertos, de modo a garantir que os funcionários estejam sempre apresentáveis e com uniformes adequados para uso.
- 1.9. A **CONTRATADA** não deverá fornecer os materiais de limpeza e higiene a serem utilizados pelos seus funcionários na sede do CIAS. O fornecimento de tais produtos será de responsabilidade do **CONTRATANTE**.
- 1.10. Ficará sob a responsabilidade da **CONTRATADA** realizar todos os trâmites para a contratação de pessoal e repassar ao departamento pessoal ou representante indicado, todos os dados (nome completo, matrícula, documento de identidade e horário de trabalho) referentes aos funcionários que eventualmente possam vir a prestar serviço da **CONTRATADA** na sede da **CONTRATANTE** em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de início da prestação do serviço.
- 1.11. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar acesso direto ao seu departamento pessoal para tratativas de rotinas de qualquer natureza referente aos funcionários.
- 1.12. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 1.13. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador.

